



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

ATA DE REUNIÃO

**5ª Reunião Ordinária
Comitês Orçamentários de 1º e 2º Grau**

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
08/09/2020	08h30min	Videoconferência

MEMBROS PRESENTES		CARGO	CATEGORIA	REGIÃO
Comitê do 1º grau	Oswaldo Trigueiro do Valle Filho	Desembargador	Titular	Presidente
	Washington Rocha de Aquino	Servidor	Titular	1ª
	Fábio Brito de Faria	Magistrado	Titular	1ª
	Gustavo Farias Alves	Servidor	Titular	2ª
	Bruno Medrado dos Santos	Magistrado	Titular	3ª
	Danilo Lacerda Fernandes	Servidor	Titular	5ª
	Gilberto de Medeiros Rodrigues	Magistrado	Titular	Entidade Classista
	José Ivonaldo Batista	Servidor	Titular	Entidade Classista
	Benedito Venâncio da F. Júnior	Servidor	Suplente	Entidade Classista
	Odilson de Moraes	Magistrado	Titular	Indicado no Pleno
Comitê do 2º grau	Saulo Henriques de Sá e Benevides	Desembargador	Titular	Indicado no Pleno
	João Benedito da Silva	Desembargador	Suplente	Indicado no Pleno
	Higor Rodrigues Leal	Servidor	Titular	Indicado no Pleno



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

PAUTA

1. Abertura
2. Apresentação da Peça Orçamentária para o ano de 2021
3. Debates
4. Encerramento

DEBATES

Aos oito dias do mês de setembro do ano de 2020, pelas 08h30min, reuniram-se por videoconferência os Comitês Orçamentários de 1º e 2º Graus do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. Os trabalhos foram iniciados pelo Desembargador Oswaldo Trigueiro que justificou que a pauta dos comitês orçamentários ficou curta devido às dificuldades enfrentadas por todos os setores do tribunal nos últimos meses para se adequar à nova realidade. Em seguida, passou a palavra ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Márcio Murilo que afirmou que não houve mudanças significativas no planejamento orçamentário, devido à situação de pandemia que acarretou perda de receita, assim como o aumento da contribuição previdenciária patronal a partir do ano vindouro que minimizará a recomposição do Tesouro pelo IPCA. Afirmou que diante da necessidade de se trabalhar praticamente com o mesmo orçamento no próximo ano, será preciso manter a política de enxugamento de despesas, destacando as iniciativas que vêm tendo bom resultado, como a priorização da locação de imóveis, a criação de cartórios unificados virtuais, a agregação de comarcas que, além da redução de custos, resultou em aumento significativo na produtividade, bem como a consolidação do home office tanto na atividade judicante, quanto na administrativa. Após, o Desembargador Oswaldo Trigueiro acentuou que a presença do servidor Benedito Venâncio na reunião se daria na qualidade de ouvinte, visto que o servidor Ivonaldo Batista, titular da representação, também se encontrava presente. Foi passada a palavra à Diretora de Finanças, Gisele Barros que inicialmente apresentou a execução orçamentária de janeiro a julho deste ano, destacando as perdas significativas ocorridas nas receitas entre abril e junho, sinalizando recuperação no mês de julho. Em seguida, a diretora Gisele expôs a proposta orçamentária para o ano de 2021, salientando que na composição da receita houve apenas o ajuste pelo IPCA de 2,13% na receita do Tesouro, mantendo-se estáveis as receitas do Fundo Especial do Poder Judiciário e da ESMA. Dando continuidade, demonstrou as programações das despesas para o próximo ano, detalhando a distribuição das despesas entre cada fonte de receita, ponderando que as despesas foram projetadas praticamente no mesmo valor do ano de 2020. Encerrada a apresentação da peça orçamentária para 2021, o Desembargador Oswaldo Trigueiro abriu a pauta para eventuais dúvidas, observações ou questionamentos por parte dos membros dos comitês, iniciando-se por ordem de inscrição pelo servidor Ivonaldo Batista que indagou se há previsão na peça orçamentária de alguma recuperação das perdas salariais dos servidores acumuladas há três anos. Em resposta, a diretora Gisele pontuou a vigência da Lei Complementar nº 173/2020 que proíbe qualquer aumento de despesa com pessoal até 31 de dezembro de 2021, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, tendo a previsão de despesa com pessoal para 2021 se limitado ao mesmo valor previsto para 2020. Em acréscimo, o Desembargador Presidente ratificou o exposto pela diretora Gisele,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

confirmando a impossibilidade de qualquer reajuste salarial para servidores e magistrados para o ano vindouro. Seguidamente, o Desembargador Oswaldo Coutinho passou a palavra ao magistrado Gilberto Rodrigues que ponderou acerca da necessidade de se pleitear para os anos vindouros uma maior recomposição do duodécimo haja vista o aumento escalonado da contribuição previdenciária patronal que em 2023 alcançará 28% frente aos 22% atuais. O magistrado Gilberto Rodrigues indagou também se haverá bonificação para as unidades judiciárias que mais fiscalizarem a arrecadação de custas judiciais. O Desembargador Oswaldo Trigueiro passou a palavra ao Desembargador Presidente que afirmou que o escalonamento do aumento da contribuição previdenciária foi conquistado por meio de muita negociação e que assim deve se continuar agindo daqui para frente, dando um passo de cada vez. O Desembargador Presidente expôs, ainda, seu entendimento contrário à premiação das unidades judiciárias vinculada à arrecadação de custas. Em seguida, o Desembargador Oswaldo Trigueiro passou a palavra ao servidor Gustavo Farias que perguntou quando estará disponível o acesso das unidades judiciárias ao BI para que seja possível fiscalizar a arrecadação, bem como comparar as unidades de igual competência. Em resposta, o magistrado Meales esclareceu que ainda essa semana serão divulgadas as informações relativas ao prêmio pela produtividade das unidades judiciárias, acrescentando que foi adquirida uma nova ferramenta de BI que otimizará o acesso a esses dados e possibilitará também a disponibilização de outras informações gerenciais. Complementando, o Desembargador Presidente pontuou que, diante das inúmeras demandas acerca da modernização da gestão, foi dada prioridade na automação dos sistemas da área judicante, ficando as demandas da área administrativa para posteriormente. Depois, o Desembargador Oswaldo Trigueiro passou a palavra ao servidor Higor Leal que trouxe a título de sugestão para o orçamento do ano de 2022 que as despesas com precatórios sejam contabilizadas como despesas extraordinárias. Em seguida, o Desembargador Oswaldo Trigueiro informou que o sistema de precatórios é híbrido, sendo os recursos oriundos do Tesouro e ficando o seu gerenciamento a cargo do Poder Judiciário como forma de controle. Acrescentando, o Desembargador Presidente informou que está acontecendo a digitalização dos precatórios que facilitará esse gerenciamento por parte do tribunal. Pontuou também que já existe no orçamento uma nítida distinção entre as verbas de precatórios e o duodécimo, o que foi ratificado pela diretora Gisele Barros. Após, o Desembargador Oswaldo Trigueiro passou novamente a palavra ao servidor Ivonaldo Batista que indagou qual a projeção para o pagamento da PAE ainda em 2020 e qual será sua projeção para o ano vindouro. A diretora Gisele Barros esclareceu que a mensalidade da PAE é fixa, porém quando há excedente orçamentário, este é empenhado em outras rubricas, dentre elas a PAE. Encerradas as inscrições, o Desembargador Oswaldo Trigueiro agradeceu a participação de todos, afirmando que anotou alguns pontos a serem debatidos para a próxima reunião dos comitês, dentre eles a apresentação dos dados de produtividade gerados no BI e discussão da questão de o prêmio pela produtividade ser atrelado à arrecadação de custas. Questionado pelo servidor Ivonaldo Batista se haveria votação sobre a aprovação da peça orçamentária, o Desembargador Oswaldo Trigueiro ponderou que 2020 foi um ano atípico, o que impossibilitou um debate mais aprofundado sobre a distribuição dos recursos financeiros do tribunal, porém, mediante observação do Desembargador Presidente, foi questionado se os participantes estariam de acordo com a indicação de aprovação da peça orçamentária para 2021. O servidor Ivonaldo Batista declarou seu voto contrário ao orçamento proposto, em nome do SINTAJ. Os demais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
POLÍTICA DE PRIORIZAÇÃO DE 1ª GRAU

membros concordaram com o indicativo de aprovação da peça orçamentária apreciada. Em seguida, o Desembargador Oswaldo Trigueiro passou a palavra ao Desembargador Presidente que agradeceu pelas contribuições de todos os participantes, ressaltou as dificuldades enfrentadas para trabalhar com um orçamento limitado, mas que sua prioridade foi proporcionar dignidade aos servidores no exercício do seu mister. Após, o Desembargador Oswaldo Trigueiro destacou a importância da presença do Desembargador Presidente na reunião, indicou um cronograma para realização das próximas reuniões dos comitês nos meses de outubro, novembro e dezembro do ano corrente, enfatizando que na próxima reunião será debatida a premiação pela produtividade das unidades judiciárias, bem como será apresentada a execução orçamentária do mês de agosto. Por fim, o Desembargador Oswaldo Trigueiro deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os presentes.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo responsável na unidade de apoio, a Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

ANA CAROLINE LEAL

VASCONCELOS:4758269

Assinado de forma digital por ANA

CAROLINE LEAL

VASCONCELOS:4758269

Dados: 2020.09.23 14:28:02 -03'00'